

EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS № 006/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO № 0000000286/2023

LICITAÇÃO DIFERENCIADA EXCLUSIVA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

(Artigo 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014).

1. PREÂMBULO

- 1.1. O MUNICÍPIO DE PIO XII/MA, através da Prefeitura de Pio XII/MA, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar o processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS, sob o № 006/2023, do tipo Menor Preço Por Item, às 09h00min (nove horas) do dia 01 de setembro de 2023.
- 1.2. O procedimento licitatório será regido pela Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Federal nº 9.412/2018, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Lei Complementar nº 155/2016 e demais legislações pertinentes, bem como pelas disposições deste Edital e seus anexos.
- 1.3. O recebimento dos envelopes contendo os documentos de habilitação e a proposta de preços, ocorrerá no prédio onde funciona a Comissão Permanente de Licitação situada à Rua Senador Vitorino Freire SN, Centro, Pio XII/MA, até às **09h00min** (**nove horas**) do dia **01** de **setembro** de 2023.
- 1.4. A entrega da proposta leva a participante a aceitar e acatar as normas contidas no presente Edital.

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO, DO PRAZO E DO PRECO

- 2.1. A presente licitação tem por objeto à "Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria em saúde, visando o planejamento, execução e acompanhamento das ações elencadas na área da Gestão Pública das atividades na área da saúde, otimizando o tempo, recurso financeiro, trabalho físico e intelectual da mesma, atendendo assim as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pio XII/MA", de acordo com as especificações constantes do Projeto Básico ANEXO I.
- 2.2. O prazo total para execução dos serviços objeto desta Licitação será de **08** (oito) meses contados a partir da emissão da Ordem de Serviços, emitida pela **Prefeitura de Pio XII/MA**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessíveis períodos conforme preceitua o artigo 57, inciso I e II, § 1º e incisos da Lei Nº: 8.666/93.
- 2.3. O valor máximo estimado para a presente licitação, importa em R\$ 119.874,93 (cento e dezenove mil oitocentos e setenta e quatro reais e noventa e três centavos), para um período de 08 (oito) meses que será o preço máximo admissível para efeito de análise e classificação das propostas das licitantes.
- As demais informações necessárias à contratação encontram-se no Anexo I Projeto Básico.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Licitação empresas que atendam às condições editalícias, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação expressa como objeto social da empresa em seu estatuto ou contrato social e que comprovem possuir os requisitos necessários à qualificação estabelecidos neste Edital.



3.2. A licitante interessada em participar desta Tomada de Preços deverá:

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E IMPEDIMENTOS

- 4.1. Poderão participar desta licitação as empresas legalmente estabelecidas, interessadas e do ramo de atividade pertinente ao objeto desta TOMADA DE PREÇOS, devidamente cadastradas na Prefeitura ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- 4.2. A participação nesta licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão das licitantes às condições deste edital.
- 4.3. Será vedada à participação de empresas:
 - 4.1.1. empresas que não atenderem às condições deste Edital.
 - 4.1.2. empresas que estejam em concordata ou em processo de falência, (reguladas pelo Dec. Lei 7.661/45, ou em falência, recuperação judicial ou extrajudicial reguladas pela Lei 11.101/2005) sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
 - 4.1.3. empresas que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Saúde Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Igualmente não poderão participar as empresas suspensas de licitar e contratar com a Prefeitura de Pio XII, Estado do Maranhão.
 - 4.1.4. empresas reunidas em consórcio, que sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;
 - 4.1.5. servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada a Prefeitura de Pio XII/MA, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.
 - 4.1.6. Empresas Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País.

5. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 5.1. Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização do certame, de segunda a sexta-feira das 08hs (oito) às 13hs (treze horas), na Prefeitura de Pio XII/MA, cabendo a Comissão decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro horas).
- 5.2. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital a licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o segundo dia útil que anteceder à data de realização do certame. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.
- 5.3. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não há impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 5.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 5.5. Somente serão dirimidas por telefone as dúvidas de ordem estritamente informal.
- 5.6. No instrumento de impugnação, é obrigatória a menção a documento pessoal, em se tratandode pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica, mais endereço para correspondência, e, quando possível, número de fax e endereço eletrônico (e-mail).

6. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

- 6.1. Para o credenciamento, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
 - 6.1.1. Tratando-se de representante legal (SÓCIO, PROPRIETÁRIO, DIRIGENTE OU ASSEMELHADO), deverá apresentar cópia do estatuto social ou outro



instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, da Cédula de Identidade ou documento equivalente;

- 6.1.1. Caso o Estatuto ou Contrato Social da empresa estabeleça a assinatura dos sócios, EM CONJUNTO e a representação for feita somente por um deles, além do documento descrito na alínea anterior, DEVERÁ ser apresentado, conforme o caso, instrumento público de procuração ou instrumento particular, outorgado pelos demais sócios, no qual estejam expressos os seus poderes;
- 6.1.2. PROCURADOR procuração particular, pública ou carta de credenciamento, com firma reconhecida em cartório, que comprove poderes para praticar todos os atos referentes ao certame: poderes para emitir proposta de preços, emitir declarações, receber intimação, interpor recurso e renunciar a sua interposição, assinar contrato, assim como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada de um dos documentos citados na alínea anterior, conforme o caso, para fins de confirmação dos poderes para subscrevêla, podendo ser adotado o modelo sugerido no ANEXO III, ou ainda, cópia de trasladode procuração por instrumento público, na hipótese de representação por meio de preposto. Deverá apresentar ainda, cópia da Cédula de Identidade ou documento equivalente;
 - 6.1.2.1. Caso o Estatuto ou Contrato Social da empresa estabeleça a assinatura dos sócios EM CONJUNTO, o documento apresentado na alínea anterior DEVERÁ ser assinado pelos sócios indicados no Estatuto ou Contrato Social, não sendo permitida assinatura isolada de apenas um deles;
- 6.1.3. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto;
- 6.1.4. Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante;
- 6.1.5. Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante;
 - 6.1.5.1. Retardatária, a não ser como ouvinte;
 - 6.1.5.1.1. Entende-se como retardatária a licitante que se apresentar na sessão após encerrado o credenciamento;
- 6.1.6. Não serão consideradas propostas apresentadas por *telegrama, internet, fac-símile* ou *e-mail após a data da sessão*;
- 6.1.7. O Documento de Credenciamento deverá ser apresentado fora dos envelopes de:01 – Documentos de Habilitação e 02- Propostas de Preços;
- 6.1.8. A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que desejar usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, no presente certame deve apresentar juntamente com o documento de credenciamento, a declaração de que atende aos requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar, conforme ANEXO X.
- 6.1.9. A declaração mencionada no subitem 6.1.8 terá presunção relativa de veracidade, podendo ser contestada por qualquer interessado, que terá o ônus de comprovar suas alegações.

7. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES.

7.1. Encerrada a etapa de credenciamento, proceder-se-á ao recebimento e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e as propostas de preços em invólucros separados, indevassáveis, lacrados e rubricados no fecho, deverá estar carimbado com o CNPJ da empresa em cima do lacre/fecho do envelope, que deverão conter os seguintes dizeres em sua face externa:



RAZÃO SOCIAL / CNPJ / ENDEREÇO DO PROPONENTE

À

Comissão Permanente de Licitações – CPL. Prefeitura de Pio XII/MA.

ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2023.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / ENDEREÇO DO PROPONENTE

λ

Comissão Permanente de Licitações – CPL.

Prefeitura de Pio XII/MA.

ENVELOPE № 02 - PROPOSTA DE PREÇO

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2023.

8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

- 8.1. Local e horário para solicitação de informações: Prefeitura de Pio XII/MA, situada na Rua Senador Vitorino Freire, SN, Centro, Pio XII/MA, das 08h00min às 14h00min.
- 8.2. Data, local e hora de recebimento da Documentação e Propostas: 01 de setembro de 2023 às 09h00min, no endereço de que trata o item anterior do presente Edital.
- 8.3. Os documentos exigidos nesta **TOMADA DE PREÇOS** deverão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autentica por cartório, ou ainda podendo ser autenticados pela Comissão Permanente de Licitações (CPL).
- 8.5. NO ENVELOPE 01 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO) devidamente fechado e rubricado no fecho, identificado conforme o indicado no subitem 7.1 deste Edital, as empresas deverão apresentar em 01 (uma) única via devidamente atualizados e em vigência os seguintes documentos referentes à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômica financeira e regularidade fiscais, abaixo relacionados:
 - 8.5.1.A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, conforme o caso consistirá em:
 - a. Requerimento de empresário, no caso de empresa individual;
 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e demais alterações contratuais, desde que consolidada, devidamente registrados no órgão competente, a saber: Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas (Cartório), conforme o caso, em cujo "Objeto Social" esteja enquadrado o objeto desta licitação;
 - No caso de Sociedade por Ações, deverá ainda ser apresentada a última Ata de eleição dos seus administradores, acompanhada dos respectivos CPF's e Carteiras de Identidade;
 - d. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
 - 8.5.2.A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**, conforme o caso consistirá em:
 - a. Prova de inscrição Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);



- Prova de inscrição Cadastro Municipal através de cartão de inscrição ou outro documento equivalente à inscrição;
- c. Prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal e Seguridade Social, mediante apresentação da: Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, conforme portaria PGFN/RFB n° 1751, de 02 de outubro de 2014.
- d. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;
- e. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;
- f. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativo à Atividade Econômica (ISS), expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;
- g. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, expedida pela Procuradoria Geral do Município do domicílio ou sede do licitante ou pelo órgão responsável pela emissão da referida certidão;
- h. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, <u>www.tst.gov.br</u>;

8.6. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 8.6.1. Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou está executando serviços compatíveis em características com o objeto da licitação (Consultoria para a Administração pública referente a natureza do serviço), devendo o atestado conter o nome, CNPJ, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outra forma de que a Comissão Permanente de Licitação CPL possa valer-se para manter contato com o atestador.
- 8.6.2. Relação com a descriminação de todo pessoal habilitado à execução dos serviços a serem contratados com suas respectivas qualificações técnicas comprovadas através de certificado de cursos de Gestão em Saúde pertinentes ao objeto licitado.
- 8.6.3. Comprovar possuir no mínimo 02 (dois) integrantes da equipe técnica. Essa mensuração se dá pela necessidade atual dos serviços que serão desenvolvidos pela contratada, necessitando então de no mínimo de pessoal qualificado citado anteriormente.



8.7. A **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

8.7.1. Relativa à qualificação econômico-financeira:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social com notas explicativas, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- Serão considerados aceitos como na <u>forma da lei</u> o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
 - b.1.) sociedades regidas pela Lei Nº: 6.404/76 (sociedade anônima):
 - □ Publicados em Diário Oficial; ou
 - Publicados em jornal de grande circulação; ou
 - Por cópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
 - b.2) Empresários Individuais, Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada – EIRELI ou Sociedades Empresárias LTDA independente de enquadramento como ME/EPP:
 - Por cópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
 - Por cópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramentos do Livro Diário devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente.
 - b.3) sociedade criada no exercício em curso:
 - Cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;
 - b.4) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- 8.6.1.1. Certidão Negativa de pedido de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da documentação quando não vier expresso na certidão.
- 8.7.2.OUTRAS COMPROVAÇÕES, mediante a apresentação dos documentos abaixo:
 - 8.7.2.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal: Declaração assinada pelo representante legal da licitante de que está cumprindo o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, na forma da Lei Nº: 9.854/99, conforme modelo no **ANEXO V**:
 - 8.7.2.2. Declaração de Inexistência de Fatos supervenientes impeditivos de habilitação, na forma do § 2º do Artigo 32 da Lei Federal 8.666/93,



assinada pelo representante legal do Licitante, conforme modelo no **ANEXO VI.**

- 8.7.2.3. Declaração do Licitante, conforme inciso III do art. 30 da Lei Federal 8.666/93, de acordo modelo no **ANEXO II.**
- 8.7.2.4. Declaração de Habilitação Prévia que atende todos os requisitos de habilitação, conforme modelo no **ANEXO IV.**
- 8.7.2.5. Declaração de Localização e Funcionamento, que o licitante está estabelecido em local adequado e em pleno funcionamento com instalações compatíveis para o ramo de exercício de atividade da mesma, conforme modelo no **ANEXO VIII.**
- 8.7.3.As certidões ou documentos equivalentes valerão nos prazos que lhes são próprios, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 60 (sessenta) dias, contados de sua expedição;
- 8.7.4.Em nenhuma hipótese será concedida prorrogação de prazo para apresentação dos documentos exigidos para a habilitação, com exceção ao disposto no art. 43 da Lei Complementar 123/2006 da sua alteração pela Lei Complementar nº 147/2014 e§ 3º do art. 48 da Lei Nº: 8.666/93.
- 8.7.5. As certidões expedidas pela "Internet" e que possuam código para averiguação, estão condicionadas à verificação de suas autenticidades nos sites de cada órgão emissor, portanto, estas não precisarão ser autenticadas;
- 8.7.6.Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 9.1. As licitantes apresentarão suas propostas em via única, datilografada ou impressa por qualquer meio usual, em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada por quem tenha poderes para fazê-lo. A proposta deverá conter:
 - 9.1.1.Razão Social, CNPJ, endereço, telefone e dados bancários agência/conta/banco;
 - 9.1.2.Conter preços unitários mensais e globais, em algarismo e por extenso, em real com no máximo duas casas decimais após a vírgula, sendo considerado fixo e irreajustável.
 - 9.1.3. Preço total da proposta de preços, em algarismo arábico e por extenso, na moeda nacional, já incluídos os custos de frete, encargos fiscais, comerciais e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto licitado.
 - 9.1.4.Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data marcada para o recebimento dos envelopes de DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS;
 - 9.1.5. Período de execução dos serviços será conforme a necessidade deste órgão;
 - 9.1.6. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertadas das demais licitantes.

10. DO JULGAMENTO

- 10.1. No local, data e hora definidas no preâmbulo deste Edital, na presença dos membros da Comissão Permanente de Licitação e dos representantes dos licitantes, devidamente e antecipadamente credenciados, será iniciada a sessão pública de entrega dos envelopes "01" e "02":
- 10.2. Nesta mesma sessão pública, a Comissão procederá à abertura dos envelopes "01", sendo permitido, a todos os representantes legais, examinar os documentos neles contidos, rubricando-os juntamente com integrantes da Comissão, os envelopes "02"



deverão permanecer lacrados, devendo ser rubricados nos lacres por todos os representantes legais e pelos integrantes da Comissão que os manterá sob sua guarda;

- 10.3. A Comissão lavrará ata circunstanciada de recebimento dos envelopes "01" e "02" e da abertura do envelope "01". A critério da Comissão, as reivindicações e os questionamentos relativos aos documentos contidos nos envelopes "01" serão decididos pela Comissão na mesma reunião ou deixados para decisão posterior.
- 10.4. Serão considerados habilitados os licitantes que atenderem às condições previstas no item 6.5 deste Edital;
- 10.5. Não havendo impugnação quanto à habilitação, os licitantes poderão, unanimemente, desistir da interposição de recurso, o que constará em ata, procedendo-se à abertura dos ENVELOPES Nº: 02, dos licitantes habilitados.
- 10.6. Havendo interposição de recursos, a Comissão suspenderá a sessão, lavrando-se ata circunstanciada dos trabalhos até então executados e comunicará por e-mail ou fax, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas aos licitantes habilitados, a data, a hora e local de sua abertura. Nessa hipótese, os ENVELOPES Nº: 02, devidamente lacrados e rubricados pelos presentes, permanecerão, até que se reabra a sessão, sobre guarda e responsabilidade da Comissão Permanente de Licitações;
- 10.7. A Comissão abrirá os ENVELOPES Nº: 02 dos licitantes habilitados, divulgando aos presentes as condições oferecidas objeto da licitação;
- 10.8. Será considerado vencedor o licitante que oferecer menor preço por item, sendo as propostas classificadas pela ordem crescente dos preços ofertados e aceitáveis. Em caso de empate, far-se-á sorteio, na mesma sessão de julgamento;
- 10.9. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências desta TOMADA DE PREÇOS ou apresentarem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os praticados no mercado;
- 10.10. Nos casos em que a Comissão constatar a existência de divergências entre o valor registrado sobre forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último:
- 10.11. Durante a análise das propostas, Comissão poderá convocar os proponentes para esclarecimento de natureza técnica das respectivas propostas, ou outros que se fizerem necessários ao julgamento;
- 10.12. Colocar-se-ão à disposição dos interessados o resultado da licitação e os mapas de apuração e classificação elaborados segundo o critério de julgamento;
- 10.13. Do resultado do julgamento das propostas, caberá recurso pelos interessados, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de intimação ou da divulgação do resultado:

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

- 11.1. Não havendo interposição de recursos quanto ao resultado da licitação, ou após o seu julgamento, cabe à Comissão adjudicar o objeto da licitação ao vencedor, submetendo tal decisão à autoridade superior, a quem compete homologar ou não a licitação;
- 11.2. Homologada a licitação, o adjudicatário no prazo máximo de 05 (cinco) dias, será convocado para assinatura do contrato, e retirada da Nota de Empenho e a Ordem de Serviços;
- 11.3. Caso o licitante vencedor não assine o Contrato dentro do prazo estabelecido, terá sua proposta desclassificada e ficará impedido de participar de outras licitações e de contratar com a Saúde Municipal, pelo prazo de até 02(dois) anos, de acordo com Lei Nº: 8.666/93;
- 11.4. No caso de desclassificação do licitante vencedor, a Comissão Permanente de Licitação CPL, a seu exclusivo critério, poderá adjudicar o contrato ao licitante classificado em segundo lugar e assim sucessivamente, desde que aceitas as mesmas condições de preço e de prazo do licitante classificado em primeiro lugar.



12. DA FORMA DE PAGAMENTO.

- 12.1. O pagamento das obrigações será realizado mediante a apresentação de Notas Fiscais dos serviços executados a esta Prefeitura Municipal e devidamente atestas pelo setor e funcionário responsável;
- 12.2. A Prefeitura disporá de um prazo de até 02 (dois) dias úteis para ultimar o devido atesto;
- 12.3. A Prefeitura disporá de um prazo de 30 (trinta) dias úteis contados, a partir do recebimento da Nota Fiscal, para ultimar o pagamento;
- 12.4. A Prefeitura não fará nenhum pagamento ao licitante antes de paga ou relevada a multa que por acaso lhe tenha sido imposta.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

- 13.1. O pagamento dos serviços a serem executados, correrá à conta das seguintes **Dotações Orçamentárias:**
- 02 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
- 02 14 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
- 10 Saúde
- 10 122 Saúde Geral
- 10 122 0060 PROGRAMA ACESSO ÀS AÇÕES E SERV DE SAÚDE
- 10 122 0060 2160 0000 FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE
- 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros Pessoa Jurídica

14. DOS PRAZOS.

- 14.1. Os serviços serão executados de imediato de acordo com a Ordem de Serviços, expedida pelo setor competente, não podendo ultrapassar a 05 (cinco) dias da data da emissão da respectiva Ordem;
- 14.2. Uma eventual prorrogação do prazo para a execução dos serviços ficará a critério desta Prefeitura, podendo ser solicitada pela empresa vencedora, desde que amplamente fundamentada.

15. DAS PENALIDADES.

- 15.1. Á empresa vencedora poderá ser aplicadas, a critério desta PREFEITURA e sem prejuízo do direito a rescisão do Contrato e às perdas e danos, as seguintes penalidades:
 - 15.1.1. Multa moratória de 1% (um por cento), do valor corrigido do Contrato, por dia, até o trigésimo dia de atraso, se os serviços executados não forem executados no prazo previsto ou concluídos nas diversas fases fixadas, sem justificativa aprovada pela Prefeitura;
 - 15.1.2. Suspensão o direito de licitar e contatar com a Prefeitura, por um prazo a ser fixado em até 02 (dois) anos;
 - 15.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Prefeitura, em função da natureza da falta cometida ou das faltas e penalidades anteriores, em caso de reincidência, a ser publicada em órgão oficial.
- 15.2. As multas previstas nesta cláusula deverão ser recolhidas à Tesouraria desta Prefeitura Municipal dentro do prazo improrrogável de 08 (oito) dias, contados da data da notificação para este fim;



- 15.3. A aplicação de multas aqui referidas independerá de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa a notificação extrajudicial;
- 15.4. Das decisões que aplicarão as penalidades previstas neste instrumento, serão cabíveis, sem efeito suspensivo:
 - 15.4.1. O pedido de reconsideração dirigido à autoridade competente, no prazo de 08 (oito) dias da notificação, mediante o pagamento de seu valor na Tesouraria desta Prefeitura Municipal;
 - 15.4.2. Recurso dirigido ao Secretário Municipal de Finanças de Pio XII/MA, no prazo de 08 (oito) dias da vigência do indeferimento do pedido de reconsideração;
 - 15.4.3. O despacho final de cancelamento da penalidade que tenha sido objeto de divulgação será publicado em órgão oficial.

16. DA RESCISÃO.

- 16.1. A execução dos serviços poderá ser rescindida, independente de interpelação judicial, sem que a empresa vencedora tenha o direito de indenização de qualquer espécie, quando a empresa vencedora:
 - 16.1.1. Tornar-se insolvente:
 - 16.1.2. Transferir a execução dos serviços, no todo ou em parte, sem anuência prévia e expressa desta Prefeitura Municipal;
 - 16.1.3. Não cumprir, mesmo que parcialmente as condições estipuladas no presente instrumento;
 - 16.1.4. Não cumprir ou alterar as especificações contidas no **Anexo I**, baixadas pela Prefeitura sem a expressa anuência desta;
 - 16.1.5. Por conveniência desta Prefeitura, ao seu exclusivo critério.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO.

17.1. A empresa vencedora não poderá ceder ou subcontratar, parcial ou totalmente os serviços objeto desta TOMADA DE PREÇOS sem a prévia autorização, por escrito desta Prefeitura ressalvando-se que quando concedida a subcontratação, obriga-se à firma vencedora a celebrar o respectivo contrato com a inteira obediência aos termos desta TOMADA DE PREÇOS e sob sua inteira responsabilidade ressalvando-se ainda a Prefeitura Municipal, direito de, a qualquer tempo, dar por terminado o subcontratado, sem que caiba à subcontratada o direito de reclamar indenização ou prejuízo de qualquer espécie.

18. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- 18.1. A empresa vencedora assumirá total responsabilidade por danos causados a Prefeitura de Pio XII/MA, ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços, isentando esta Prefeitura de todas as reclamações que possam surgir, sejam elas resultantes de atos de seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas ou ajustadas na execução de tais serviços;
- 18.2. A eventual aceitação da execução dos serviços por parte desta Prefeitura não eximirá a empresa vencedora da responsabilidade de quaisquer erros, imperfeições ou vícios que eventualmente venham a se verificar posteriormente, no prazo de até 60 (sessenta) dias, circunstâncias na qual as despesas correrão por conta exclusiva da empresa contratada.

19. DAS GARANTIAS.

19.1 O presente edital está regido pela Lei Federal Nº: 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações posteriores, pela Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei



Complementar nº 147/2014 e demais legislações pertinentes, bem como pelas disposições deste Edital e seus anexos.

20. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.

20.1. Conforme facultado pelo Art. 109 da Lei Nº: 8.666/93, após a divulgação dos resultados de julgamento da habilitação ou das propostas, as licitantes que se julgarem prejudicadas, poderão interpor recursos contra a decisão da Comissão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após a publicação do mesmo.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

- 21.1. A participação nesta TOMADA DE PREÇOS implicará na aceitação integral e irretratável de suas normas e observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e de recurso;
- 21.2. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas:
- 21.3. Estará sempre ressalvada a Prefeitura de Pio XII/MA, por despacho motivado pelo Sr. Sec. Mun. de Saúde e Planejamento de que se dará conhecimento aos licitantes, o direito de revogar ou anular esta Licitação, sem que caiba direito de reclamação ou pedido de indenização por parte dos licitantes;
- 21.4. As Declarações expressas apresentadas na Licitação terão presunção relativa, podendo ser rebatidas, no curso da sessão, pela Comissão ou licitantes, situação em que acarretará a realização de diligência para fins de comprovação, pelo licitante, da condição declarada.
- 21.4. Pedidos de retificação ou cancelamento, por engano na cotação ou especificação do objeto, somente poderão ser apreciados se formulados antes de abertas às propostas;
- 21.5. Na hipótese do processo licitatório vir a ser suspenso, a validade da Proposta fica automaticamente prorrogada pelo prazo correspondente aos dias de suspensão;
- 21.6. Os casos não previstos e as dúvidas deste Edital serão resolvidos pela Secretaria responsável pela elaboração do devido edital, com base à legislação que se aplica a modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, sob a égide da Lei Nº: 8.666/93 e suas alterações posteriores. Os casos omissos serão decididos pela Comissão Permanente de Licitações (CPL), desta Prefeitura de Pio XII/MA;
- 21.7. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93;
- 21.8. É facultada, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública, em conformidade com o art. 43, §3°, da Lei N°: 8.666/93;
- 21.9. Se a licitação for considerada deserta ou fracassada, cabe ao gestor do órgão de origem deliberar acerca da repetição do certame; da utilização da hipótese de contratação direta com base no artigo 24, inciso V, da lei 8.666/93; ou da desistência da contratação;
- 21.10. A homologação do resultado desta TOMADA DE PREÇOS não implicará em direito à contratação;
- 21.11. Fazem partes integrantes deste edital:

ANEXO I – PROJETO BÁSICO; **ANEXO II –** DECLARAÇÃO DO LICITANTE

ANEXO III – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO:

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO PRÉVIA;



ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO;

ANEXO VII - MODELO CARTA PROPOSTA

ANEXO VIII- MODELO DE DECLARAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO **ANEXO IX** - MINUTA DO CONTRATO

ANEXO X - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO XI – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

ANEXO XII - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Pio XII/MA, 10 de agosto de 2023.

Ivan da Paiva do Vale Segundo

Secretário Municipal de Saúde Responsável pela elaboração do edital



EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS № 006/2023 ANEXO I

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria em saúde, visando o planejamento, execução e acompanhamento das ações elencadas na área da Gestão Pública das atividades na área da saúde, otimizando o tempo, recurso financeiro, trabalho físico e intelectual da mesma, atendendo assim as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pio XII/MA.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. A presente contratação justifica-se devido a necessidade de planejamento, execução e acompanhamento das ações elencadas na área da Gestão Pública, tendo como essenciais atividades na área da saúde, otimizando o tempo, recurso financeiro, trabalho físico e intelectual, com o objetivo de concluir cada meta estabelecida na Gestão de Serviços. A prestação de serviços está centrada em Planejamento na Gestão da Saúde, processamento dos dados via sistemas de informações do SUS, relatórios e acompanhamento das Ações da Atenção Básica, Capacitações para os servidores da Saúde e Elaboração de Projetos específicos da área de saúde.
- 2.2. Considerando a necessidade de manutenção e monitoramento dos diversos programas na área de saúde tendo em vista a especificidade e a necessidade de que isto seja realizador por profissional com conhecimentos técnicos e amplos em Gestão de Saúde Pública, para evitar a possível suspensão e/ou bloqueio de repasses de recursos vinculados e de transferência automática fundo a fundo e para o qual faz-se necessário "alimentar" os diversos sistemas de informação junto ao Ministério da Saúde regularmente, bem como analisar a legislação correspondente.
- 2.3. Considerando ainda, a necessidade do auxílio constante à Gestão em Saúde Pública, para elaboração dos diversos instrumentos de gestão, tais como:
- a. Gestão da Saúde
- b. Acompanhar e avaliar os Sistemas de Informação do Ministério da Saúde e
- c. DIGISUS (SARGSUS)
- d. Instrumentos de Gestão Saúde

3. DETALHAMENTO GERAL DO OBJETO

- 3.1. Para a execução dos serviços objeto deste certame, são considerados trabalhos técnicos de consultoria e atividades compartilhadas, as seguintes:
- 3.1.1. Acompanhamento e apoio, em conjunto com o setor responsável, às atividades da Saúde e aquelas relacionadas.
- a. Gestão da Saúde



- Cadastrar propostas e elaborar projetos de Implantação implementação de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), Equipe de saúde da Família (PSF) Equipe de Saúde Bucal, LRPD e CEO.
- Elaborar cadastrar proposta do programa Saúde Na hora;
- Elaborar e Cadastrar propostas de Construção, Ampliação e Reforma de Unidades básicas de Saúde (UBS)
- Cadastrar Propostas e Elaborar processos Emendas Estaduais e Federais
- Manter informações do parlamentar atualizadas junto a ASPAR/GM. Acompanhar o processo no que diz respeito às diligências, documentação e prazos.
- Elaborar Projetos para implantação de **Centro de Atenção Psicossocial CAPS** conforme a necessidade do município, assim como elaborar projetos e formalizar processo de Matriciamento da APS
- Cadastrar, elaborar e acompanhar proposta de Convênios FUNDO A FUNDO, SISMOB.
- Atualizar a habilitação da instituição conforme Leis, Decretos e Portarias em vigor.
- Fazer solicitação de senha no sistema disponível no site do FNS, programas da Gestão Municipal no E-Gestor.
- Adesão a Incentivo financeiro para a estruturação da APS
- Acompanhar o andamento das propostas junto ao Ministério da Saúde.
- b. Acompanhar e avaliar os Sistemas de Informação do Ministério da Saúde e avaliação do Setor de Controle Avaliação do Município:
- Processamento dos dados via Sistemas de Informações do SUS
- Acompanha e avaliar dos Sistema de Informação Ambulatorial do SUS- SIASUS, Sistema de Informação Hospitalar Descentralizado - SIHD, assim como:
- CNES Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde
- SIASUS Sistema de informação ambulatorial do sus
- SIHD sistema de informação hospitalar descentralizado
- E-SUSAB sistema de informação da atenção básica
- SIM sistema de informação sobre mortalidade
- SINASC sistema de informação sobre nascidos vivos



SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação

Acompanhamento SISVAN

Módulo gerador de relatórios do SISVAN. Consumo Alimentar e Estado Nutricional.

Acompanhamento SISAB

 Relatório por equipes que enviaram dados de produção por competência e unidade geográfica

Suplementação de Vitamina A

Relatório de envio de Suplementação de Vitamina A para os Municípios

Acompanhamento e análise Suspensões

Relatório de Suspensão do Pagamento de Equipes da Atenção Básica por Município

• Histórico de Pagamento

Histórico de Pagamento da Saúde da Família por competência e unidade geográfica

• Análise de PAGAMENTO APS (PAB) e Média Complexidade (MAC)

• Relatório de Pagamento da Capitação Ponderada da Atenção Primária em Saúde, Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar e Vigilância e Saúde do Município;

Devolução de Recursos

- Instruções para a Devolução de Recursos
- Cadastro dos Gestores no Fundo Municipal de Saúde FNS e SICONV

c. DIGISUS (SARGSUS)

- Sistema de Apoio a Elaboração do Relatório de Gestão do SUS- Elaboração do relatório
 Anual de Gestão RAG
- Prestação de Contas de Processo de Emendas Estaduais e Federais

d. Instrumentos de Gestão - Saúde

- Elaborar e acompanhar os Instrumento da Gestão
- Relatório de Gestão (RAG)
- Plano Municipal de Saúde (PMS)
- Projetos para a captação de recursos nos Governos Federal e Estaduais



- Projetos de financiamentos
- PMS Plano Municipal de Saúde,
- PAS Programação Anual de Saúde

Elaboração de ofícios, portarias, resoluções e outros.

4. EQUIPE TÉCNICA

4.1. 02 (dois) profissionais técnicos com experiência na área de Gestão em Saúde Pública.

5. CARGA HARÁRIA.

5.2. 02 (dois) profissionais técnicos terão uma carga horaria mínima de 120 (cento e vinte) horas/mês, para prestação de serviços de forma presencial no local indicado pela Contratante.

PRESENCIAL: A carga horária presencial refere-se à prestação de serviços de forma presencial no local indicado pela Contratante.

NÃO PRESENCIAL: A carga horária não presencial refere-se a demanda consultiva prestada por escrito através de correio eletrônico (e-mail), de forma convencional via Consulta Escrita formalizada, via telefone, chat de mensagem, ou outro recurso de tecnologia da comunicação e informação, que será ilimitada e em tempo integral, prestada pela contratada em local indicado pela contratante. Os serviços não presenciais em tempo integral de consultoria serão prestados em local indicado pela contratada, sem limite de quantidade para realização de consultas a serem feitas por servidores do Município decorrentes de dúvidas suscitadas em face de fatos supervenientes, devendo toda e qualquer orientação ser dada preferencialmente no formato de parecer, somente por profissionais devidamente habilitados, e em observância ao que prescreve o instrumento convocatório/edital e seus anexos.

6. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1. Os serviços contratados deverão ser prestados no Município de Pio XII/MA e/ou conforme determina o Projeto Básico, correndo todos os eventuais custos relativos a passagens, hospedagem, condução, deslocamento, alimentação, seguros e demais despesas necessárias à execução dos serviços às expensas da Contratada;
- 6.2. Poderá a Prefeitura Municipal de Pio XII/MA, eventualmente, requisitar o deslocamento de profissionais da Contratada para atuação em outra Unidade Federativa, quando então custeará as despesas decorrentes.

7. VALOR ESTIMADO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

O valor total estimado para execução do objeto do presente Projeto Básico é de **R\$ 119.874,93** (Cento e dezenove mil oitocentos e setenta e quatro reais e noventa e três centavos), tendo por referência os preços constantes das pesquisas de preços realizada.

7.1. PLANILHA DE QUANTITATIVOS DOS SERVIÇOS E PREÇOS ESTIMADOS

ITEM	DESCRIÇÃO			QUANT.	UNID.	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	
01	Gestão Consultor	da ia; El	Saúde aboração	e de	07	MÊS	5.733,33	40.133,31



Projetos para a captação de			
recursos Federais e			
Estaduais; Elaborar Projetos			
inclusão de Propostas Fundo a			
Fundo e formação de			
Processos de Emendas			
Estaduais e Aumento de Teto			
MAC; Cadastrar propostas e			
elaborar projetos de			
Implantação implementação			
de Agentes Comunitários de			
Saúde (PACS), Equipe de			
saúde da Família (PSF)			
Equipe de Saúde Bucal;			
Cadastrar e Elaborar			
propostas de Construção,			
Ampliação e Reforma de			
Unidades básicas de Saúde			
(UBS); Cadastrar Propostas e			
Elaborar processos Emendas			
Estaduais e Federais; Manter			
informações do parlamentar			
atualizadas junto a			
ASPAR/GM. Acompanhar o			
processo no que diz respeito			
às diligências, documentação			
e prazos; Elaborar Projetos			
para implantação de Saúde			
Mental, Centro de Atenção			
Psicossocial – CAPS e outros			
conforme a necessidade do			
município; Cadastrar, elaborar			
e acompanhar proposta de			
Convênios FUNDO A FUNDO,			
SISMOB; Atualizar a			
habilitação da instituição			
conforme Leis, Decretos e			
Portarias em vigor.; Fazer			
solicitação de senha no			
sistema disponível no site do			
FNS.e programas da Gestão			
Municipal; Acompanhar o			
andamento das propostas			
junto ao Ministério da Saúde.;			
Avaliar e acompanhar os			
Sistemas de Informação do			
Ministério da Saúde e			
avaliação do Setor de Controle			
Avaliação do Município:			
Acompanhar Processamento			
dos dados via Sistemas de			
Informações do SUS;	Ī		



	Acompanhar e avaliar dos				
	Sistema de Informação				
	Ambulatorial do SÚS-				
	SIASUS, Sistema de				
	Informação Hospitalar				
	Descentralizado - SIHD, assim				
	•				
	como; CNES – Cadastro				
	Nacional de Estabelecimento				
	de Saúde; SIASUS - Sistema				
	de informação ambulatorial do				
	SUS; SIHD – sistema de				
	informação hospitalar				
	descentralizado; E-SUSAB -				
	sistema de informação da				
	atenção básica; SIM – sistema				
	de informação sobre				
	mortalidade; SINASC -				
	sistema de informação sobre				
	nascidos vivos; SINAN –				
	Sistema de Informação de				
	·				
	Agravos de Notificação; SIPNI				
	- Sistema de Informação do				
	Programa Nacional de				
	Imunização; EGESTOR-				
	Espaço para informação e				
	acesso aos sistemas da				
	Atenção Básica				
	Acompanhamento SISVAN				
	Módulo gerador de relatórios				
	do SISVAN. Consumo				
	Alimentar e Estado Nutricional;				
	CNES – Cadastro Nacional de				
02	Estabelecimento de Saúde;				
02	SIASUS – Sistema de				
	informação ambulatorial do				
	·				
	SUS; SIHD – sistema de				
	informação hospitalar				
	descentralizado; E-SUSAB -				
	sistema de informação da				
	atenção básica; SIM – sistema				
	de informação sobre		_		
	mortalidade; SINASC –	07	MÊS	5.341,66	37.391,62
	sistema de informação sobre				
	nascidos vivos; SINAN -				
	Sistema de Informação de				
	Agravos de Notificação; SIPNI				
	 Sistema de Informação do 				
	Programa Nacional de				
	Imunização; EGESTOR-				
1	Espaço para informação e				
	acesso aos sistemas da				
	Atenção Básica				



	Acompanhamento SISVAN Módulo gerador de relatórios do SISVAN. Consumo Alimentar e Estado Nutricional;				
03	Projetos de financiamentos Prestação de Contas de Processo de Emendas Estaduais e Federais	07	MÊS	2.533,33	17.733,31
04	Instrumentos de Gestão - Saúde Relatório de Gestão (RAG); Plano Municipal de Saúde (PMS); Programação Anual de Saúde (PAS) Sistema de Apoio a Elaboração do Relatório de Gestão do SUS SARGSUS, Digitação de todas as Ações realizada anualmente no Sistema DIGISUS, para prestação de contas no Ministério da Saúde.	07	MÊS	3.516,67	24.616,69

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

A presente contratação está centrada no planejamento, execução e acompanhamento das ações elencadas na área da Gestão Pública, tendo como essenciais atividades na área da saúde, otimizando o tempo, recurso financeiro, trabalho físico e intelectual, com o objetivo de concluir cada meta estabelecida na Gestão de Serviços. A prestação de serviços está centrada em Planejamento na Gestão da Saúde, processamento dos dados via sistemas de informações do sus, relatórios e acompanhamento das Ações da Atenção Básica, Capacitações para os servidores da Saúde e Elaboração de Projetos específicos da área de saúde.

Gestão da Saúde

Cadastrar propostas e elaborar projetos de Implantação implementação de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), Equipe de saúde da Família (PSF) Equipe de Saúde Bucal, LRPD e CEO.

Elaborar cadastrar proposta do programa Saúde Na hora;

Elaborar e Cadastrar propostas de Construção, Ampliação e Reforma de Unidades básicas de Saúde (UBS)

Cadastrar Propostas e Elaborar processos Emendas Estaduais e Federais

Manter informações do parlamentar atualizadas junto a ASPAR/GM. Acompanhar o processo no que diz respeito às diligências, documentação e prazos.

Elaborar Projetos para implantação de Centro de Atenção Psicossocial – CAPS conforme a necessidade do município, assim como elaborar projetos e formalizar processo de Matriciamento da APS



Cadastrar, elaborar e acompanhar proposta de Convênios FUNDO A FUNDO, SISMOB.

Atualizar a habilitação da instituição conforme Leis, Decretos e Portarias em vigor.

Fazer solicitação de senha no sistema disponível no *site* do FNS, programas da Gestão Municipal no E-Gestor.

Adesão a Incentivo financeiro para a estruturação da APS

Acompanhar o andamento das propostas junto ao Ministério da Saúde.

Acompanhar e avaliar os Sistemas de Informação do Ministério da Saúde e avaliação do Setor de Controle Avaliação do Município:

Processamento dos dados via Sistemas de Informações do SUS

Acompanha e avaliar dos Sistema de Informação Ambulatorial do SUS- SIASUS, Sistema de Informação Hospitalar Descentralizado - SIHD, assim como:

CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde

SIASUS - Sistema de informação ambulatorial do sus

SIHD – sistema de informação hospitalar descentralizado

E-SUSAB – sistema de informação da atenção básica

SIM – sistema de informação sobre mortalidade

SINASC – sistema de informação sobre nascidos vivos

SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação

Acompanhamento SISVAN

Módulo gerador de relatórios do SISVAN. Consumo Alimentar e Estado Nutricional.

Acompanhamento SISAB

Relatório por equipes que enviaram dados de produção por competência e unidade geográfica

Suplementação de Vitamina A

Relatório de envio de Suplementação de Vitamina A para os Municípios

• Acompanhamento e análise Suspensões

Relatório de Suspensão do Pagamento de Equipes da Atenção Básica por Município

• Histórico de Pagamento

Histórico de Pagamento da Saúde da Família por competência e unidade geográfica



Análise de PAGAMENTO APS (PAB) e Média Complexidade (MAC)

Relatório de Pagamento da Capitação Ponderada da Atenção Primária em Saúde, Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar e Vigilância e Saúde do Município;

• <u>Devolução de Recursos</u>

- Instruções para a Devolução de Recursos
- Cadastro dos Gestores no Fundo Municipal de Saúde FNS e SICONV

DIGISUS (SARGSUS)

Sistema de Apoio a Elaboração do Relatório de Gestão do SUS- Elaboração do relatório Anual de Gestão - RAG

Prestação de Contas de Processo de Emendas Estaduais e Federais

Instrumentos de Gestão - Saúde

- Elaborar e acompanhar os Instrumento da Gestão
- Relatório de Gestão (RAG)
- Plano Municipal de Saúde (PMS)
- Projetos para a captação de recursos nos Governos Federal e Estaduais
- Projetos de financiamentos
- PMS Plano Municipal de Saúde,
- PAS Programação Anual de Saúde

Elaboração de ofícios, portarias, resoluções e outros.

8. FORMA DE CONTRATAÇÃO

8.1 A Contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço por item.

9. DOS SERVIÇOS DE TREINAMENTO:

9.1. Além dos serviços de consultoria e orientação, previstos no item 7.1 acima, a empresa contratada deverá prestar serviços de treinamento de servidores da Prefeitura Municipal de Pio XII - MA, encarregados de realizar os serviços pertinentes ao objeto e demais tarefas necessárias ao bom funcionamento dos serviços Administrativos.

10. DO SUPORTE TÉCNICO:

10.1. A empresa contratada deverá prestar os serviços constantes do item 7.2 deste termo.



11. FORMA DE PAGAMENTO:

11.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal/fatura, acompanhada da respectiva Ordem de Serviços e das certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade relativa à Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Seguridade Social; Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, Prova de regularidade relativa à Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), Certidão Negativa de Débitos e Dívida Ativa Estadual e Municipal, diretamente na conta que o fornecedor apresentar no ato da contratação, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco e número da agência e conta corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitidas alterações futuras sem a anuência das partes interessadas.

12. PERÍODO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Os serviços deverão ser prestados durante o período de 07 (sete) meses.

13.1. DAS REPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

13.1. Caberá à CONTRATANTE:

- a) prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;
- b) atestar o recebimento do objeto contratado, rejeitando-o caso não esteja de acordo com as especificações trazidas neste Termo e na Minuta do Contrato;
- c) efetuar os pagamentos à CONTRATADA conforme previsto neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais.

13.2. Caberá à CONTRATADA:

- a) respeitar as normas e procedimento de controle interno, inclusive de acesso às dependências das unidades da Prefeitura Municipal de Pio XII MA.
- b) prestar os serviços cotados em estrita conformidade com as especificações exigidas neste Projeto Básico;
- c) iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da data de recebimento da Ordem de Serviço/Nota de Empenho;
- d) Assumir o compromisso e a responsabilidade pela guarda do total sigilo sobre as informações obtidas no curso dos trabalhos, ficando, sob as penas da lei, impedida de divulgar e/ou utilizar em proveito próprio e/ou de terceiros toda e qualquer informação relacionada com a contratante;
- e) Providenciar a imediata correção das alterações, deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- f) Arcar com eventuais prejuízos causados à contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do objeto;
- g) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução contratual, não sendo mantidos quaisquer vínculos de natureza



trabalhista entre os técnicos da empresa que vier a ser contratada e a Prefeitura Municipal de Pio XII - MA:

h) Manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação apresentadas para licitação.

14. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

14.1. O recebimento do objeto ora licitado dar-se-á de acordo com o art. 73, I, "a" e "b" da Lei nº 8.666/93.

15. CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

15.1. Local da prestação dos serviços: os serviços serão prestados pela empresa contratada, através de profissionais capacitados em Gestão de Saúde Pública, na sede da Secretaria Municipal de saúde de Pio XII – MA e/ou local designado pela autoridade competente.

16. PERFIL DA EMPRESA A SER CONTRATADA:

- 16.1. Natureza jurídica: pessoa jurídica.
- 16.2. Especialização: a empresa deverá ser especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria para órgãos públicos, na área de Gestão em Saúde Pública, o que será comprovado mediante demonstração de experiências anteriores em trabalhos para órgãos públicos, demonstração de cursos de capacitação concluídos em áreas relacionadas aos serviços a serem prestados.
- 16.3. Equipe técnica: o escritório deverá possuir uma equipe técnica com especialização na área.
- 16.4 Os integrantes da equipe técnica deverão possuir vínculo formal com a empresa prestadora, seja como sócios, empregados, contratados ou associados.

17. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

- 02 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
- 02 14 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
- 10 Saúde
- 10 122 Administração Geral
- 10 122 0060 PROGRAMA ACESSO ÀS AÇÕES E SERV DE SAÚDE
- 10 122 0060 2160 0000 FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE
- 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros Pessoa Jurídica

18 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

18.1 Fundamenta-se na Lei n° 8.666/93, Decreto Federal nº 9.412/2018, Lei Complementar n° 123/2006, Lei Complementar n° 147/2014, Lei Complementar nº 155/2016 e demais legislações pertinentes.



EDITAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS № 006/2023 ANEXO II

DECLARAÇÃO DO LICITANTE

Para fins de comprovação, de que trata o inciso III do art. 30 da Lei nº 8.666/93, declaramos ter recebido da Prefeitura Municipal de Pio XII/MA, os documentos referentes à Tomada de Preços (art. 22, § 2° da Lei n° 8.666/93) **TP 006/2023**, que tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria em saúde, visando o planejamento, execução e acompanhamento das ações elencadas na área da Gestão Pública das atividades na área da saúde, otimizando o tempo, recurso financeiro, trabalho físico e intelectual da mesma, atendendo assim as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pio XII/MA.

Declaramos, ainda, ter tomado conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações pertinentes ao objeto da licitação.

Licitante		
Data:		
	Assinatura	
Nome e Funç	ão:	
ODE.		
CPF:		

Atenciosamente,

OBS:Todos os Documentos de Habilitação que possuam modelo e a Proposta de Preços deverão ser apresentados, **obrigatoriamente** em papel timbrado do proponente.



EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS № 006/2023 ANEXO III

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À
PREFEITURA DE PIO XII/MA.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.
REF. TOMADA DE PRECOS № 006/2023.

REF. TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2023.
Prezados Senhores,
A (empresa), por seu representante legal, que esta subscreve, credencia o Sr, portador do RG Nº: e do CPF Nº:, para representá-la perante a TOMADA DE PREÇOS em referência outorgando poderes para <u>rubricar as Propostas Comerciais</u> , a documentação, apresental reclamações, impugnações, renunciar a prazos recursais e assinar atas, perante a Comissão Permanente de Licitações, em qualquer fase do processo Licitatório e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.
Atenciosamente,
(assinatura do representante legal da proponente, nome, cargo e identificação em papel timbrado da empresa devidamente identificado. Reconhecimento de firma obrigatório)



EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS № 006/2023 ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO PRÉVIA

À
PREFEITURA DE PIO XII/MA.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.
REF. TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2023.

Prezados Senh	ores,				
	A empresa				, inscrita
no CNPJ Nº: intermédio de s	eu representai	nte legal o(a) Sr.(_, sediada em a)	, porta	por dor(a) da Carteira de ARA, que a empresa
atende a todo	s os requisi	t os de habilitaç o oferecido, os q	ão , bem con	no apresenta	a sua proposta com
		_(local),de)	_ de	_•
	(assinatura do	representante le	gal da propon	pente nome	cardo
	`	papel timbrado da			•



EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS № 006/2023 ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º, CF/88.

À
PREFEITURA DE PIO XII/MA.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.
REF. TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2023.

Prezados Sennores,
A empresa, signatária, inscrita no CNPJ
sob o Nº: (endereço
completo), por seu representante legal, declara, sob as penas da Lei, que não possui no seu
quadro de pessoal, menor de 18 (dezoito) anos em exercício de atividade noturna, perigosa
ou insalubre, bem como não utiliza para qualquer trabalho ou atividade, menor de 16
dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em
conformidade com o inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal e com a Lei Nº: 9.854/99.
Nome da cidade (Estado), de de de
(Nome e assinatura do representante legal da empresa) (Nº: da identidade do declarante)



EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS № 006/2023 ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO

À
PREFEITURA DE PIO XII/MA.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.
REF. TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2023.

Prezados Senhores,

A signatária da presente na qualidade de Representante Legal da Empresa ______ declara, sob as penas da Lei, nos termos do parágrafo 2º do art. 32 da Lei 8.666/93 que, após o seu cadastramento, nenhum fato ocorreu que inabilite está a participar da **TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2023**.

Local e data

Nome da empresa e de seu Representante Legal, com a devida Qualificação (sócio, proprietário ou procurador e assinatura).



EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS № 006/2023 ANEXO VII MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Prezados Senhores,

ITEM

DESCRIÇÃO

Apresentamos a seguir nossa proposta de preços Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria em saúde, visando o planejamento, execução e acompanhamento das ações elencadas na área da Gestão Pública das atividades na área da saúde, otimizando o tempo, recurso financeiro, trabalho físico e intelectual da mesma, atendendo assim as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pio XII/MA, de acordo com a planilha de quantitativos apresentada, abaixo:

UNID.

VLR. UNIT. R\$

VLR. TOTAL R\$

QUANT.

01 – IDENTIFICAÇÃO NOME DO PROP CPF/CNPJ/MF: ENDEREÇO: BAIRRO: TEL:		CIDADE/UF:					
02 - DADOS BANCÁF BANCO: AGÊNCIA: CONTA-CORREN FAVORECIDO: CONTATO:							
03 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 04 - VALIDADE DA PROPOSTA: mínima de 60 (sessenta) dias. 05 - PRAZO DE EXECUÇÃO: 07 (sete) Meses 06 - VALOR TOTAL DA PROPOSTA:							

Município (sede da empresa) _____ de ____ de ____



EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2023 ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº
Declaro ainda, que assumo inteira responsabilidade por todas as informações dispostas nesta declaração, eximindo a Prefeitura Municipal de Pio XII de qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas por esta empresa.
Atenciosamente,
Licitante:
Data:
Assinatura
Nome e Função:
CPF: Fone/Fax:

OBS: Todos os Documentos de Habilitação que possuam modelo e a Proposta de Preços deverão ser apresentados, **obrigatoriamente** em papel timbrado do proponente.



EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS № 006/2023 ANEXO IX

CONTRATO OUE ENTRE

MINUTA DO CONTRATO Nº XXX/2022 TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0000000286/2023

M	CELEBRAM MUNICIPAL I	A DE PIO	
PREFEITURA MUNICIPAL DE P Vitorino Freire, SN, Centro, Pio XII/MA, a:	através da S o nº municipal de la CONTRATAI icípio de brasileiro, porta o presente C de Preços, cons reitos e obrigaç	NTE, e, inscrita no ador do CPFCONTRATO, stantes dos cões entre a	Municipal de, neste ato, portador, com CNPJ sob o no resultante do autos no TP no PREFEITURA
<u>TÍTULO I - DO OBJETO</u>			
CLÁUSULA PRIMEIRA - Constitui of, conforme espintegrante deste edital.			
CLÁUSULA SEGUNDA – O(s) serviço(s), especifica se definidos na Tomada de Preços TP-006/2023.	ações, quantid	lades e preç	os encontram-

TÍTULO II - DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS E DA ORDEM DE PREVALÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA - Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição e anexação, e terão plena validade, salvo naquilo que por este Instrumento tenha sido modificado, os documentos abaixo relacionados, na seguinte ordem de prevalência:

Parágrafo Primeiro – Edital de Licitações TP N° 006/2023 e seus anexos;

Parágrafo Segundo - Proposta da CONTRATADA e seus Anexos nos termos expressamente aceitos pela PREFEITURA.

Parágrafo Terceiro - Ocorrendo qualquer dúvida de interpretação, ou divergência deste Contrato com quaisquer dos documentos mencionados no "caput" desta cláusula, ou destes últimos entre si, prevalecerá em primeiro lugar, este Contrato, depois, os referidos documentos na ordem em que estão nomeados.



TITULO III - DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA QUARTA – Os serviços deverão ser executados no Município de Pio XII/MA, através de visitas periódicas, bem como de acordo com o estabelecido no Projeto Básico.

CLÁUSULA QUINTA – Não Será admitida a subcontratação, em nenhuma fase dos serviços objeto desde Contrato.

<u>TÍTULO IV - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA</u>

CLÁUSULA SEXTA - A PREFEITURA obriga-se a cumprir os termos deste Contrato e, ainda, efetuar os pagamentos das faturas nos prazos estabelecidos.

TÍTULO V – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA SÉTIMA – Constitui obrigação da CONTRATADA, além de outras previstas no presente Contrato e nos documentos que o integram manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

CLÁUSULA OITAVA – A CONTRATADA obriga-se a cumprir todos os direitos trabalhistas dos empregados contratados, inclusive o cumprimento de normas atinentes a saúde, higiene e segurança do trabalho.

CLÁUSULA NONA - Disponibilizar todos os recursos necessários à conclusão dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA – Arcar com as despesas de mobilização e desmobilização de materiais, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A CONTRATADA não poderá, salvo prévia e expressa autorização por escrito da PREFEITURA, ceder o Contrato ou parte dele, bem como a qualquer título, transferir benefícios ou interesse do mesmo, sendo ainda, vedado a subempreitados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Arcar com todos os impostos e taxas incidentes sobre a os serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Assumir integral responsabilidade pela adoção de todas as medidas de segurança necessárias à execução dos serviços, objeto deste Contrato, e será a única responsável pelos acidentes que porventura venham a ocorrer com seu pessoal ou terceiros, inclusive pelos danos materiais oriundos dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Os serviços que se fizerem necessário serão de responsabilidade da Contratada.

TÍTULO VI - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - A CONTRATADA executará os serviços objeto do presente Contrato, rigorosamente de acordo com os termos deste Instrumento e seus anexos.

TÍTULO VII - DO PREÇO



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Os preços contratados são aqueles discriminados neste Contrato, conforme Proposta da CONTRATADA, nos termos expressamente aceitos pela PREFEITURA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Fica estabelecido que os preços acima contemplem todos os custos direta ou indiretamente relacionados com a perfeita e completa execução dos serviços, objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Os preços estabelecidos neste Contrato são firmes e irreajustáveis.

<u>TÍTULO VIII – DOS QUANTITATIVOS E VALORES</u>

CLÁUSULA NONA - O valor total desta contratação é de R\$ (............)

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VLR. UNIT. R\$	VLR. TOTAL R\$

TÍTULO IX - DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Os recursos orçamentários correspondentes a esta Contratação estão no orçamento de 2023:

ÓRGÃO: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: PROJETO/ATIVIDADE: CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA:

TÍTULO X - DO FATURAMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Os documentos de cobrança serão os a seguir discriminados.

a) Nota Fiscal/Faturas emitidas pela CONTRATADA.

<u>TÍTULO XI - DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO</u>

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – Os pagamentos dos serviços serão efetuados conforme definidos pela CONTRATANTE, mediante a apresentação da Fatura/Nota Fiscal, conferida e atestada pela CONTRATANTE, em conformidade com o Anexo I.

- § 1º Os serviços serão realizados, a critério da Contratante com base no projeto básico aprovado, contados a partir do início efetivo dos serviços, considerando os serviços efetivamente realizados e concluídos satisfatoriamente no período. Entendem-se como serviços concluídos satisfatoriamente aqueles formalmente aprovados pela Contratada dentro do prazo estipulado.
- § 2º O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal/fatura, acompanhada da respectiva Ordem de Serviços e das certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade relativa à Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Seguridade Social; Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por



Tempo de Serviço, FGTS, Prova de regularidade relativa à Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), Certidão Negativa de Débitos e Divida Ativa Estadual e Municipal, diretamente na conta que o fornecedor apresentar no ato da contratação, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco e número da agência e conta corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitidas alterações futuras sem a anuência das partes interessadas.

- § 3º Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.
- § 4º O prazo será realizado conforme Anexo I apresentado pela empresa em conformidade com a Proposta. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita Fiscalização, a qualquer hora, e em toda a área abrangida pelo serviço prestado.
- CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS A qualquer tempo a Contratante poderá exigir quaisquer obrigações legais impostas pela legislação trabalhistas e normas atinentes ao trabalho.
- § 1º Quaisquer exigências da Fiscalização inerentes ao objeto do CONTRATO deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.
- § 2º A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o CONTRATO.
- § 3º Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita Fiscalização, a qualquer hora, e em toda a área abrangida pelo serviço, por pessoas devidamente credenciadas.
- § 4º A CONTRATANTE se fará presente no local dos serviços por seu(s) fiscal (is) credenciado(os) ou por Comissão Fiscal.
- § 5º À Fiscalização compete o acompanhamento e amplo controle da execução dos serviços, até a sua conclusão.

<u>TÍTULO XII - DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA</u>

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: Em caso de atraso no pagamento efetuado pelo CONTRATANTE da fatura apresentada pela CONTRATADA, esta fará jus à compensação financeira na forma de atualização monetária do respectivo valor, na qual poderá incidir juros moratórios à taxa de 6% (seis por cento) ao ano.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o pagamento devido seja antecipado pelo CONTRATANTE, o respectivo montante poderá sofrer desconto proporcional, nas mesmas condições estabelecidas na Cláusula Nona.

TÍTULO XIII - DO PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - O presente contrato terá vigência de 12 meses, contados da assinatura deste instrumento conforme prevê o art. 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, à prestação de serviços a ser executada de forma contínua, poderão ter sua duração



prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas a Saúde Pública, limitada a sessenta meses. Portanto, desde que haja interesse de ambas as partes em prorrogar o contrato por esta licitação desenvolvido, e, seja notório o real desenvolvimento da qualidade de ensino implantada no município, nada obsta por esta prática.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - O presente Contrato vigorará até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente a partir da data de sua assinatura.

TÍTULO XIV - DA MULTA E PENALIDADE

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – Atrasos não justificados no prazo de execução dos serviços sujeitarão a CONTRATADA à multas de 0,16% (dezesseis décimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor total da Fatura, até o limite de 08 (oito) dias, podendo a referida multa ser deduzida de qualquer faturamento ou crédito da CONTRATADA oriundo deste Instrumento Contratual.

Parágrafo Primeiro - Quando o valor da multa ultrapassar o período estabelecido acima, a PREFEITURA, a seu exclusivo critério, se reserva o direito de rescindir, unilateralmente, este Instrumento e aplicar as penalidades previstas em lei.

Parágrafo Segundo - A inexecução total ou parcial deste Contrato sujeitará o Contratado, à aplicação de sanções Administrativas, previstas nos incisos I a IV do artigo 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

TÍTULO XV - DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - As partes não serão responsáveis pela não execução total ou parcial de suas obrigações desde que essa falta resulte, comprovadamente, de fato cujo efeito não é possível evitar ou impedir. Essa exoneração de responsabilidade produzirá efeitos nos termos do Parágrafo Único do Artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Primeiro - No caso de uma das partes se acharem impossibilitada de cumprir alguma de suas obrigações, por motivo de força maior, deverá informar esse fato à outra parte, por escrito e com aviso de recepção, no máximo até 08 (oito) dias contados da data em que ela tenha tomado conhecimento do evento.

Parágrafo Segundo - A comunicação de que trata o Parágrafo Primeiro deverá conter a caracterização dos serviços e as justificativas do impedimento que alegar, fornecendo à outra parte, com a maior brevidade, todos os elementos comprobatórios e de informação, atestados periciais e certificados, bem como comunicando todos os elementos novos sobre a evolução dos fatos ou eventos verificados e invocados, particularmente sobre as medidas tomadas ou preconizadas para reduzir as consequências desses fatos ou eventos, e sobre as possibilidades de retomar, no todo ou em parte, o cumprimento de suas obrigações contratuais.

TÍTULO XVI - DA RESCISÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - O presente Contrato, além do estabelecido na Cláusula supra poderá ser rescindido de acordo com o previsto na Lei 8.666/93, acarretando as consequências previstas no artigo 80 da citada Lei.



Parágrafo Primeiro - A rescisão será determinada por ato unilateral e comunicada por escrito à CONTRATADA, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - No caso de rescisão do Contrato, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades deste Instrumento e às consequências descritas no Artigo 80 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

TÍTULO XVII - DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - À CONTRATADA é vedado prestar informações a terceiros sobre a natureza ou andamento deste Contrato, fazer publicidade, por qualquer meio de divulgação, relativo ao objeto deste Instrumento, salvo com autorização, por escrito, da PREFEITURA, que deverá ter conhecimento antecipado da matéria a ser publicada.

TÍTULO XVIII - DA LEI APLICÁVEL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - O presente Contrato rege-se pela Legislação Brasileira, e os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 e suas alterações, demais legislação, jurisprudência e doutrinas aplicáveis à espécie, e à legislação sobre o Plano Real.

TÍTULO XIX - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – As Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato somente poderão ser alteradas por meio de Termo Aditivo.

Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Saúde do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

TÍTULO XX - DA DISPOSIÇÃO FINAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões de quantitativos de serviços até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, em decorrência da eventual variação das quantidades dos serviços constantes da Planilha Contratual de Quantidades e Preços, bem como em razão dos serviços extras que porventura se façam necessários.

TÍTULO XXI - DO FORO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - As partes integrantes elegem o Foro da cidade de Pio XII/MA, para solução de qualquer questão oriunda do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por	estarem,	assim,	justas e	contratadas,	as partes	assinam	o presente	Contrato,	em 2
(duas) vias de i	gual teo	r e forma	a, e para um s	só efeito.				

Pio XII/MA.	de	de
1 10 /\II/1VI/\.	u c	u c

CONTRATANTE

CONTRATADA



EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS № 006/2023 ANEXO X (PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A/O	(razão social do licitante), inscrita no CN				ΝPJ
sob o nº	, sediada na		(endere	ço comple	eto),
representada pelo(a) Sr.((a)	, R.G.	nº	, CPF	nº
, D E C L A	ARA, para os fins do	disposto na Le	ei Complementa	r nº 123/20)06,
sob as sanções administrativ	as cabíveis e sob as	s penas da lei,	que se enquadr	a como:	
□MICROEMPRESA, conform	me inc. I do art. 3º da	a Lei Complem	entar nº 123/200	06.	
□EMPRESA DE PEQUENO	PORTE, conforme	inc. II do art.	3º da Lei Com	nplementai	r nº
123/2006.					
A licitante D E C	L A R A, ainda, que i	não se enquad	ra em qualquer	das hipóte	ses
de exclusão no § 4 do art. 3º	da mencionada lei, e	estando apta, p	ortanto, a exerc	er o direito	de
preferência como critério de d	desempate no proce	dimento licitató	rio da TOMADA	DE PREÇ	cos
em epígrafe, realizado pela F	Prefeitura Municipal o	de Pio XII/MA.			

OBS: ASSINALAR COM "X" UMA DAS OPÇÕES

(local e data por extenso)

(nome da empresa) (nome e assinatura do representante legal ou procurador)



TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2023 **ANEXO XI**

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria em saúde, visando o planejamento, execução e acompanhamento das ações elencadas na fina Se

	irea da saúde, otimizando o tempo, recurso esma, atendendo assim as necessidades da A.
	REFERÊNCIA: Processo nº 0000000286/2023
	LICITAÇÃO: Tomada de Preços nº 006/2023
	CONTRATADA:
TERMO DE RECEBIMENTO PROVIS	I/MA, por meio da Secretaria Municipal de ravés do presente Termo, formalizar o ÓRIO da entrega do(s) serviços abaixo eços em cumprimento ao disposto no art.
referido(s) serviços a fim de proceder	(órgão requisitante) recebe os r avaliação criteriosa, verificando a sua cricas descritas no Projeto Básico e com a
	de Recebimento Provisório em 03 (três) luza os legítimos efeitos de direito.
Pio XII/MA	de de .
Secretário(a) Muni	xxxxxxx icipal de
(servidor ou comissão	xxxxxx responsável pelo recebimento)

XXXXXXXXX Representante Legal da Empresa



TOMADA DE PREÇOS № 006/2023 ANEXO VIII

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria em saúde, visando o planejamento, execução e acompanhamento das ações elencadas na área da Gestão Pública das atividades na área da saúde, otimizando o tempo, recurso financeiro, trabalho físico e intelectual da mesma, atendendo assim as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pio XII/MA.

	REFERÊNCIA 0000000286/2		ose 1	n ^o
	LICITAÇÃO: 006/2023	Tomada de	Preços ı	1 ⁰
	CONTRATAD	PA:		
A Prefeitura Municipal de Pio XI	presente Term dos Serviços p e Preços nº 00 .666/93, fixand ento do objeto. ente data, os los critérios (no, formalizar ara a Secreta 06/2023, em o lo esta data po serviços for determinados (trinta) dias co	o TERMO ria Municip cumprimen para o iníc ornecidos pela S _), a ser nsecutivos	D DE pal de to ao io da pela saúde, pago sapós
E, assim, concluído a obra do obre Recebimento Definitivo em 03 (três) vias legítimos efeitos de direito.				
Pio XII/MA Secretário(a) Munici	de de xxxxxxx pal de			
(servidor ou comissão re	xxxxx esponsável pelo xxxxxxx	recebimento))	

Representante Legal da Empresa